

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

PROCESSO: 486/2016-e

ASSUNTO: TCE

PARECER: 104/2018-CF

EMENTA: Tomada de Contas Especial. Decisão 5812/2015. Citação. Apresentação de alegações de defesa. Análise. Decisão 2546/2017. Procedência de algumas defesas e improcedência de outras. Aplicações de multas e notificação da empresa Danluz Indústria, Comércio e Serviços Ltda. para recolhimento do débito apurado. Acórdão 199/2017. Interposições de recursos contra os termos da Decisão 2546/2017 e Acórdão 199/2017. Decisão 4808/2017. Conhecimento. Efeito suspensivo. Requerimento da OAB/DF para participação nos autos como *amicus curiae*. Corpo Técnico pelo deferimento, com ressalva.

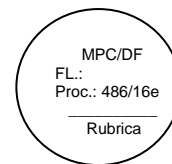
Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial (conversão determinada na Decisão 5812/2015, e-DOC BD9B60C9, proferida no Processo 8260/2009¹), para apurar prejuízos decorrentes da repactuação a maior e reajustamento a maior concedidos nos Contratos nº 06/08 e 03/11 – CJU/CEB, conforme o Memorando nº 011/2016 – SECONT (e-doc nº 28C28E0F-c - peça nº 02), cujos prejuízos identificados alcançaram o montante de R\$ 2.309.186,17 e R\$ 1.225.022,04, respectivamente.

2. Na última assentada, o Tribunal, por meio da Decisão 4808/2017, decidiu:

“I – tomar conhecimento das Informações nºs 115, 125 e 130/2017 – SECONT; II – conhecer dos Recursos de Reconsideração interpostos pelos Srs. José Jorge de Vasconcelos Lima, Francisco José de Campos Amaral e Elias Brito Júnior, Haroaldo Brasil de Carvalho e pela Sra. Bruna Wills, contra os termos da Decisão nº 2546/2017² e Acórdão 199/2017,

¹ Acompanhamento dos Contratos 4, 5 e 6/2008-CJU/CEB, decorrentes da Concorrência nº 16/2007-CEB (objeto do Processo nº 33.010/2007), tendo por objeto a execução de obras no sistema de iluminação relativas à expansão do parque de iluminação pública do DF, incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra.

² “ I) por unanimidade, de acordo com a alínea "a" do item I do voto do Relator, tomar conhecimento das alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Naor Alves de Paula Filho (então Superintendente de Suprimentos da CEB) e Marcos Antônio de Carvalho (executor do Contrato nº 4/2008-CJU/CEB) para, no mérito, considerá-las procedentes; II) pelo voto de desempate da Senhora Presidente, proferido com esteio no art. 16, VI, do RI/TCDF, que acompanhou o voto do Conselheiro



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

conferindo-lhes efeito suspensivo, consoante estabelece o art. 34 da Lei Complementar nº 01/1994, c/c o art. 285 do RI/TCDF e art. 1º da Resolução TCDF nº 183/2007; III – determinar ao Sr. José Jorge Vasconcelos Lima que, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhe a esta Corte a procuração que legitima a Sra. Bruna Wills a postular em seu nome, sob pena da inadmissibilidade do recurso, conforme os §§ 1º e 2º do art. 104 do Código de Processo Civil de 2015; IV – dar ciência desta deliberação aos recorrentes e a seus representantes legais, em face do disposto no art. 4º, § 2º, da Resolução TCDF nº 183/2007, informando-lhes que o recurso ainda carece de apreciação de mérito; V – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para os devidos fins.”

3. De acordo com o Corpo Técnico, o mérito dos recursos interpostos será analisado em fase posterior, de modo que a presente etapa abordou apenas o requerimento apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Seccional do Distrito Federal – OAB/DF (e-doc 7ED4CB18-c) de intervir nos autos como *amicus curiae*, com base no art. 138 do NCP, “para promover a assistência jurídica ao advogado Francisco José de Campos Amaral, consultor jurídico nestes autos”:

“Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.

§ 1º A intervenção de que trata o caput não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, ressalvadas a oposição de embargos de declaração e a hipótese do § 3º.

§ 2º Caberá ao juiz ou ao relator, na decisão que solicitar ou admitir a intervenção, definir os poderes do amicus curiae.

MÁRCIO MICHEL: 1) tomar conhecimento: a) das alegações de defesa apresentadas pelos Srs. José Jorge de Vasconcelos Lima (Diretor-Presidente à época dos fatos), Haroaldo Brasil de Carvalho e Elias Brito Júnior (então Diretores da Companhia), Francisco José de Campos Amaral (então Consultor Jurídico) e Sra. Bruna Wills (advogada parecerista) para, no mérito, considerá-las improcedentes, aplicando-lhes multa, no valor mínimo, na forma do acórdão decorrente desta decisão; b) das alegações de defesa apresentadas pela empresa Danluz Indústria, Comércio e Serviços Ltda. para, no mérito, considerá-las improcedentes; 2) determinar a notificação da empresa Danluz Indústria, Comércio e Serviços Ltda. para recolher o valor do débito apurado nos autos; 3) aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Conselheiro MÁRCIO MICHEL”.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

§ 3º O amicus curiae pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.”

4. A Unidade Técnica, por meio da Informação 191/2017-DICONT3, destacou que, embora não haja previsão na LC nº 1/94 ou no RI/TCDF acerca da participação de pessoa física ou jurídica na qualidade de *amicus curiae*, o TCDF reconhece essa possibilidade, como decorrência do disposto no art. 298 do RI/TCDF³, devendo-se utilizar o Código de Processo Civil como meio de integração das normas, conforme se depreende do teor do voto condutor da Decisão 1177/2017⁴ (Processo 5129/2016), no qual a Corte admitiu a participação de entidades como *amicus curiae* naqueles autos, com fundamento do art. 298 do RI/TCDF, c/c art. 138 do CPC. Transcreveu, assim, trechos do voto condutor que fundamentam a referida decisão:

“17. O **amicus curiae**, expressão latina que significa “*amigo da corte*”, é a **pessoa ou entidade estranha** à causa, que, em auxílio ao Tribunal, provocada ou voluntariamente, oferece **esclarecimentos sobre questões essenciais** ao processo.

18. De acordo com a lição de Cassio Scarpinella Bueno⁵, “*O que enseja a intervenção desse ‘terceiro’ em processo alheio é a circunstância de ser ele, de acordo com o direito material, um **legítimo portador de um ‘interesse institucional’**, assim entendido aquele **interesse que ultrapassa a esfera jurídica de um indivíduo e que, por isso mesmo, é um interesse metaindividual**. Um tal ‘interesse institucional’ autoriza o ingresso do ‘amicus curiae’ em processo alheio para que a decisão a ser proferida pelo magistrado leve adequada e suficientemente em consideração as **informações disponíveis sobre os impactos e os contornos do que lhe foi apresentado para discussão**”.* (grifei).

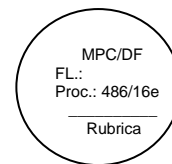
19. A sua admissão em processos vem ocorrendo com frequência no âmbito do Poder Judiciário, em face das disposições contidas nas Leis nºs 9.868/99 (regula o processo na ADPF), 9.882/99 (regula os processos na ADI e na ADECON) e, mais recentemente, 13.105/15 (Novo Código de Processo Civil).

20. Nas causas de maior relevância ou de maior impacto, ou que possam ter repercussão social, a admissão do **amicus curiae** mostra-se oportuna, pois permitirá à Corte que tome conhecimento de todas as implicações e repercussões de sua decisão, tendo, portanto, melhores condições de decidir.

³ “Art. 298. Aplicam-se subsidiariamente no Tribunal as disposições das normas processuais em vigor, no que couber”.

⁴ “II. admitir a participação da Associação de Voluntários Pesquisadores e Portadores de Coagulopatias – AJUDE-C e da Associação e Casa dos Hemofílicos do Distrito Federal como *amicus curiae*, com fundamento no art. 298 do RI/TCDF, c/c art. 138 do CPC, autorizando a apresentação de manifestação escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta decisão, conferindo-lhe os poderes devidos, inclusive quanto à possibilidade de opor embargos de declaração e de realizar sustentação oral”.

⁵ BUENO, Cassio Scarpinella. Partes e terceiros no processo civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 204.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

21. Esse, inclusive, foi o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, que assumiu o ingresso do **amicus curiae** como um “*fator de pluralização e de legitimação do debate constitucional*”, de forma que a Suprema Corte possa estar servida “*de todos os elementos informativos possíveis e necessários à resolução da controvérsia*”, conforme registrado na ADI-MC 2321/DF⁶.

22. Nota-se ainda que a intervenção do **amicus curiae** é peculiar, porque ele não intervém nem como parte, nem como auxiliar da parte, mas como **auxiliar do juízo**, que passa a contar com um importante aliado, profundo conhecedor do tema em debate.

23. No tocante à previsão legal para sua admissão nos processos que tramitam neste Tribunal, verifica-se que tanto a Lei Orgânica quanto o Regimento Interno do TCDF são silentes sobre a matéria. Desta forma, em atenção ao art. 298 do RI/TCDF, deve-se utilizar o Código de Processo Civil como meio de integração das normas. Referido diploma legal trata expressamente da matéria, **in verbis**: (...)

24. A respeito da matéria, no **1º Fórum de Processualística: o Novo Código de Processo Civil e sua aplicação subsidiária aos Tribunais de Contas**, realizado nos dias 20 e 21 de setembro de 2016, com o apoio do Instituto Rui Barbosa e da Escola de Contas do Tribunal de Contas de Tocantins, discutiu-se a autonomia do Processo de Contas em relação aos demais ramos da processualística e, dentre as **proposições orientativas** aprovadas na Carta de Palmas⁷, consta a seguinte:

*“O Tribunal de Contas, tomando em consideração a relevância da matéria, sua especificidade ou sua repercussão social, poderá, de ofício ou por provocação, solicitar ou admitir a manifestação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada na condição de **amicus curiae**.”*

25. Vale destacar ainda que a admissão de interessados na condição de **amicus curiae** encontra precedentes no Tribunal de Contas da União, conforme se extrai do Acórdão TCU nº 1659/2016-Plenário, de relatoria da Ministra ANA ARRAES:

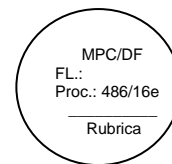
*“17. Quanto ao pedido da ATP de ingresso nos autos, **admito-a na condição de amicus curiae, concedo-lhe vista e cópia dos autos e fixo prazo de 15 dias para que apresente sua contribuição técnica, sob a ótica de terminais de uso privado que atuam em regime de ampla liberdade comercial, para deslinde da questão tratada nestes autos.**”* (grifei).

26. E também no Tribunal de Contas de Mato Grosso, conforme Decisão nº 1040/MM/2016, da relatoria do Conselheiro Substituto MOISÉS MACIEL:

*“(...) Considerando a relevância da matéria e seu impacto na execução das despesas públicas com URV, entendo que as informações constantes na documentação encaminhada pela AMAM merecem apreciação técnica, razão pela qual, baseado no artigo 236 do RICTMT, **entendo pertinente a admissão da***

⁶ STF, ADI-MC nº 2321/DF MC, Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, 10/6/2005.

⁷ Carta de compromisso com diversas proposições orientativas, conforme relatório elaborado pelos servidores do TCDF que participaram do evento (e-doc 348863ED-e).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

AMAM, para esse fim, como Amicus Curiae e de sua documentação como informações complementares que demandam instrução técnica e opinião ministerial complementar.” (grifei).”

5. Acrescentou ainda recente julgado do STF⁸ envolvendo o e. TCU e a OAB/RJ, essa como *amicus curiae* em processo no âmbito daquela e. Corte de Contas Federal:

“Liminar deferida à OAB suspende julgamento de processo no TCU sobre Sesc e Senac-RJ

O Tribunal de Contas da União (TCU) só poderá levar a julgamento o processo que apura supostas irregularidades praticadas no Serviço Social do Comércio (Sesc) e no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, depois que o relator do processo naquela corte de contas analisar pedido da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rio de Janeiro (OAB-RJ) para ingresso no caso como *amicus curiae*. A decisão é do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, que deferiu liminar requerida pela OAB-RJ no Mandado de Segurança (MS) 35117 para suspender o julgamento do processo, pautado para a sessão do TCU desta quarta-feira (23).

A Ordem alega que o relator do processo no TCU, a fim de realizar a fiscalização dos serviços sociais autônomos, solicitou documentos que dizem respeito à relação entre a Fecomércio-RJ e os seus advogados, o que, segundo a OAB, infringe o sigilo profissional da advocacia. Sustenta, no MS, que tem direito líquido de participar de todo e qualquer processo judicial ou administrativo em que podem ser violadas prerrogativas da classe de advogados.

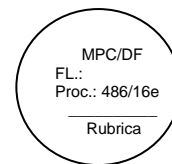
Em 10 de janeiro deste ano, a entidade apresentou petição para ingressar no feito e, em 30 de maio, reiterou o pedido que até hoje não foi apreciado. A Ordem observa que, mesmo sem a análise do pleito, o relator determinou a inclusão do processo em pauta.

Decisão

O ministro Ricardo Lewandowski explicou que o parágrafo único do artigo 49 do Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994) confere aos presidentes dos Conselhos e das Subseções da OAB legitimidade para intervir, inclusive como assistentes, nos inquéritos e processos em que sejam indiciados, acusados ou ofendidos os inscritos na Ordem. Lembrou ainda que o artigo 7º, inciso II, do Estatuto da Advocacia garante ao advogado a inviolabilidade de seu escritório, instrumentos de trabalho, e correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da profissão.

“Os fatos narrados tratam de situação que, aparentemente, poderia suscitar questionamentos quanto à dignidade profissional do advogado, por, eventualmente, violar prerrogativas e garantias que o Estatuto da Advocacia e a própria

⁸ Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=353433> , consultado em 06/11/2017.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

Constituição Federal lhe conferem”, destacou. “Vislumbro a coexistência da plausibilidade do direito invocado e do risco de lesão irreparável, necessários a justificar a suspensão do ato apontado como coator, pelo menos até que o requerimento de ingresso, como *amicus curie*, formulado pela OAB, seja objeto de deliberação pela Corte de Contas”, concluiu.” (sublinhou-se).

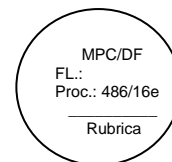
6. De acordo com a Unidade Técnica, reconhecida a possibilidade de participação como *amicus curiae* no âmbito do TCDF, deve-se verificar, primeiramente, no caso concreto, se a entidade OAB/DF seria detentora de representatividade adequada à essa qualificação, ou, nos termos do art. 138 da CPC, se consideradas a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia há elementos suficientes a ensejar, ou não, o reconhecimento da entidade como *amicus curiae*. Assim, aduziu:

8. O Sr. Francisco José de Campos Amaral foi responsabilizado nestes autos em decorrência de sua atuação como Consultor Jurídico, que consiste em atividade restrita a profissionais devidamente registrados na OAB, e a sua responsabilidade decorre de manifestação, nessa qualidade, favorável a repactuação/reajustamento, que, segundo apontado nos autos, conteria erro crasso que contrariava, flagrantemente, a norma de regência.

9. O contexto apresentado denota a existência dos requisitos a possibilitar o reconhecimento da requerente como *amicus curiae*, mormente por envolver, além da responsabilidade pessoal de pessoa inscrita na Ordem, a responsabilização, de um modo geral, de membros da Ordem na prática de atos típicos da categoria profissional que ela representa, quais sejam, pareceres jurídicos.

10. No que diz respeito aos aspectos formais da peça, ressalta-se que a procuração juntada ao requerimento (fl. 3 do e-doc 7ED4CB18-c), por meio da qual o Presidente da OAB/DF confere poderes para representá-lo, enumera expressamente os processos perante o e. TCDF em que se dará essa representação.

11. Entretanto, dentre esses não se encontram os presentes autos, razão pela qual, e de modo equânime ao tratamento dispensado ao Sr. José Jorge Vasconcelos Lima (item III da Decisão nº 4808/2017 – e. TCDF estabeleceu prazo para encaminhamento à Corte da procuração que legitima a Sra. Bruna Wills a postular em seu nome, sob pena da inadmissibilidade do recurso, conforme os §§ 1º e 2º do art. 104 do Código de Processo Civil de 2015), ainda que hajam elementos suficientes a reconhecer a OAB/DF como *amicus curiae* nos autos e, em consequência, conceder-lhe 15 (quinze) dias para, querendo, manifestar-se nesta fase recursal, fato é que o efetivo reconhecimento sujeitar-se-á ao encaminhamento à c. Corte de Contas, no



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

mesmo prazo, de procuração do Presidente da OAB/DF que indique tenham os legitimados poderes para especificamente atuar nos presentes autos, sob pena de vir a não ser apreciada eventual manifestação.

12. Observe-se que a ausência de competência para “interpor” recurso, prevista no § 1º do art. 138 do CPC, não exclui a possibilidade de manifestar-se nessa fase.

13. Por fim, destaca-se ter sido cumprida a diligência determinada no item III da Decisão nº 4808/2017, tendo sido anexada aos autos a demandada procuração (e-doc 47D2125F-c).

7. Por fim sugeriu ao Plenário que tome conhecimento do Requerimento da Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Seccional do Distrito Federal – OAB/DF (e-doc 7ED4CB18-c); admita a participação da Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Seccional do Distrito Federal – OAB/DF como *amicus curiae* com fundamento no art. 298 do RI/TCDF, c/c art. 138 do CPC, autorizando a apresentação de manifestação escrita, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta decisão, condicionada essa participação nos autos ao encaminhamento à Corte, no mesmo prazo, de procuração do Presidente da OAB/DF que indique tenham os legitimados poderes para especificamente atuar nos presentes autos, sob pena de vir a não ser apreciada eventual manifestação; e, considere cumprida a determinação contida no item III da Decisão nº 4808/2017.

8. O Diretor da 3ª DICONTE, por seu turno, assentiu com o encaminhamento proposto pela Unidade Técnica, acrescentando que o Tribunal, mediante a Decisão 2546/2017, entre outras deliberações, negou provimento às alegações de defesa apresentadas pela empresa Danluz Indústria, Comércio e Serviços Ltda. e, em decorrência determinou a sua notificação para recolhimento do débito apurado nos autos.

9. Informou, assim que a aludida empresa apesar de cientificada via Notificação nº 173/2017-SS (edoc 803C6880-c - peça 155), deixou transcorrer o prazo fixado sem qualquer providência. Dessa forma, sugere que, em face do contido no item II.1-b e II.2 da Decisão 2546/2017 (edoc B1347DF7-e - peça123), tão o feito retorne ao Relator original, poderá o Tribunal julgar, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar nº 1/94, irregulares as presentes contas, notificando a empresa Danluz Indústria, Comércio e Serviços Ltda., para recolher, o débito no valor de R\$ 4.478.343,21 (atualizado em 21/11/2017, edoc 1F151C18-e – peça 196). Sugere ainda que a Corte autorize a adoção dos procedimentos previstos no art. 29 da LC nº 01/94 caso não haja o recolhimento.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

10. Por fim, registrou o ingresso dos pedidos de sustentação oral formulados pelo Senhor José Jorge de Vasconcelos Lima (edoc E73152D1-c – peça 194) e pela Senhora Bruna Wills (edoc 5F6B4736-c - peça 195), acerca dos quais poderá o Tribunal se manifestar quando da apreciação do mérito dos recursos conhecidos pela Decisão 4808/2017 (edoc DFB9D3B5-e - peça 181).

11. Os autos vieram ao Ministério Público para parecer que aquiesce às considerações e sugestões alvitadas pela Unidade Técnica.

É o parecer.

Brasília-DF, 15 de fevereiro de 2018.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora-Geral